


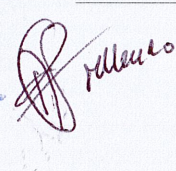
 *Mleuro*  




ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE  
SOCIAL E DE MELHORAMENTOS  
DE AMIAIS DE BAIXO

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025

## Conteúdo

1.	Identificação da Entidade .....	3
2.	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3.	Principais Políticas Contabilísticas .....	3
4.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	9
5.	Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis .....	9
6.	Inventários.....	10
7.	Rédito .....	10
8.	Imposto sobre o Rendimento .....	10
9.	Benefícios dos empregados .....	10
10.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
11.	Outras Informações.....	11
11.1	Diferimentos.....	11
11.2	Caixa e Depósitos Bancários.....	11
11.3	Fundos Patrimoniais.....	11
11.4	Clientes/Fornecedores.....	12
11.5	Estado e Outros Entes Públicos.....	12
11.6	Outras Contas a Pagar .....	12
11.7	Subsídios do Estado.....	12
11.8	Fornecimentos e serviços externos.....	12
11.9	Outros rendimentos e ganhos.....	13
11.10	Outros gastos e perdas.....	13
11.11	Resultados Financeiros.....	13
11.12	Resultados Extraordinários .....	13
11.13	Acontecimentos após data de Balanço .....	14

Alvaro  


## 1. Identificação da Entidade

A Associação de Solidariedade Social e de Melhoramentos de Amiais de Baixo, com sede em Amiais de Baixo, concelho de Santarém, é uma instituição particular de solidariedade social reconhecida em 23-10-1991, com Estatutos aprovados nos termos do artº 7º do Decreto-Lei 119/83, pela Direção-Geral da Ação Social, tendo, portanto, adquirido a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Iniciou a sua atividade com a valência de centro de dia para idosos em 1998, e um ano mais tarde com o serviço de apoio domiciliário a idosos.

A partir de 2010 a instituição iniciou a valência de Lar de Idosos, resposta que se revelava absolutamente necessária dada a sua inexistência na freguesia e limitófes.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, deste modo há comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2024.

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas.

#### Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### Informação Comparativa

*Handwritten signature and initials in the top right corner.*

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

A natureza da reclassificação;

A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

Razão para a reclassificação.

### **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que são os seguintes:

- Terrenos e recursos naturais:
- Edifícios e Outras Construções: 10 a 50 anos
- Edificações Ligeiras: 3 a 8 anos
- Equipamento Básico: 4 anos
- Equipamento Transporte: 3 a 8 anos
- Equipamento administrativo: 4 a 8 anos

A Associação revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual

quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### **3.2.2 Bens do património histórico e cultural**

Não existem “Bens do património histórico e cultural”.

### **3.2.3 Propriedades de Investimento**

Inclui um terreno cujo não se sabe qual o seu destino, bem como um apartamento transmitido em 2015 sito em Ílhavo, sendo a sua finalidade o pagamento de mensalidades do cliente que desde então está aos nossos cuidados. Estes ativos não se destinam à produção de bens, ao fornecimento de serviços e não produz qualquer proveito estando estagnado. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios. Até então não se previu qualquer desgaste, por não saber o seu destino, no entanto a partir de 2018 o edifício será amortizado.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu valor custo.

As despesas com manutenção, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias de valor avultado, que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### **3.2.4. Ativos Intangíveis**

A Entidade não possui Ativos Intangíveis.

### **3.2.5. Investimentos financeiros**

O valor dos Investimentos Financeiros mencionados nesta rubrica é somente o valor dos Fundos Compensação do Trabalho (FCT).

### **3.2.6. Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de

identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados, não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### **3.2.7. Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - o Alterações no risco segurado;
  - o Alterações na taxa de câmbio;
  - o Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - ☐ Alterações no preço do bem locado;
    - ☐ Alterações na taxa de câmbio
    - ☐ Entrada em incumprimento de uma das contrapartes


#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos /patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será





Albino

recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.8. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.9. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os

Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

A Entidade não possui Empréstimos.

#### Locações

Neste exercício não existem contratos de locações (leasing).

### 3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

A Associação encontra-se isenta de IRC ao abrigo da alínea b) n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

## 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 5. Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rúbricas	Ativos Intang.	Ativos F. Tang.	Inv. financ.
<b>Activo bruto</b>			
Saldo inicial	14 385,88	1 342 746,53	10 546,00
Reavaliação			
Aumentos		53 928,22	
Alienações		14 390,00	
Transferências e abates			0,00
Saldo final	14 385,88	1 382 284,75	10 546,00
<b>Depreciações</b>			
Saldo inicial	14 385,88	600 305,97	
Reforço		37 262,56	
Regularizações		-383,73	
Saldo final	14 385,88	637 184,80	0,00
Ativo Líquido	0,00	745 099,95	10 546,00

## 6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 a rubrica “/nvenÊórios” apresentava os seguintes valores:

Movimentos	Mercadorias	Mat.primas subs.cons.
Existências iniciais		2 478,36
Compras		102 520,08
Regularização de existências		
Existências finais		2 457,25
Custos no exercício	0,00	102 541,19

## 7. Rédito

Para o período de 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025
Prestação de serviços	458 568,10
Subsídios do Estado	347 310,49
Total	805 878,59

## 8. Imposto sobre o Rendimento

A Associação encontra-se isenta de IRC ao abrigo da alínea b) n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), pelo que não houve lugar a qualquer imposto.

## 9. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 2025 foi de 37 pessoas.

Os respetivos gastos foram os seguintes:

Descrição	2025
Remunerações aos órgãos Sociais	
Remunerações ao Pessoal	464 895,89
Benefícios Pós-Emprego	
Indemnizações	
Encargos sobre remunerações	102 744,79
Seguros Acid Trabalho	4 983,17
Gastos de Acção Social	
Outros Gastos com pessoal	645,00
Total	573 268,85

## 10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. A situação da Entidade perante a Segurança Social e Administração Tributária encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 11.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica “Diferimentos” apresentava os seguintes saldos:

Descrição	D	C	Saldo
Prémio de seguros antecipados	1 223,54		
Proveitos diferidos		57 729,96	
Outros	72 827,22		
<b>Total</b>	<b>74.050,76</b>	<b>57 729,96</b>	<b>16 320,80</b>

### 11.2 Caixa e Depósitos Bancários

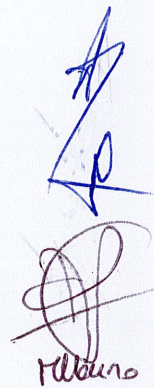
A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários” apresentava os seguintes saldos a 31 de Dezembro de 2025:

Descrição	2025
Caixa	420,17
Depósitos à ordem	15 903,71
Depósitos bancários	455 000,00
<b>Total</b>	<b>471 323,88</b>

### 11.3 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	561,89			561,89
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	496.466,27	189.956,72		686.422,99
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	459.030,37		32.802,09	426.228,28
<b>Total</b>	<b>956.058,53</b>	<b>189.956,72</b>	<b>32.802,09</b>	<b>1.113.213,16</b>



### 11.4 Clientes/Fornecedores

Os saldos das rubricas de “Clientes” e “Fornecedores” são os seguintes:

Descrição	2025
Clientes conta corrente	121,00 C
Fornecedores conta corrente	8.458,12 C

### 11.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” apresenta os seguintes valores:

Descrição	2025
Impostos Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	2 243,88 C
IVA	
Segurança Social	20 107,85 C
Total	22 351,73 C

### 11.6 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” apresenta os seguintes saldos credores:

Descrição	2025
Devedores e credores por acréscimos	72 988,63
Outros Credores	15.872,77
Total	88.860,90

### 11.7 Subsídios do Estado

A Entidade reconheceu em 2025, subsídios do Estado no montante de 346 419,05 €.

### 11.8 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” no período findo em 31 de Dezembro de 2025, foi a seguinte:

Descrição	2025
Subcontratos	0,00
Serviços especializados	64 500,10
Materiais	5 299,92
Energia e Fluidos	54 442,54
Deslocações, estadas e transportes	
Serviços diversos	0,00
	47 613,85
Total	171 856,41

### 11.9 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" apresenta os seguintes valores:

Descrição	2025
Rendimentos suplementares	14 696,12
Descontos de pronto pagamento obtidos	955,09
Rendimentos e ganhos em invest n/financeiros	25 383,73
Outros Rendimentos	29.072,09
<b>Total</b>	<b>70 107,03</b>

### 11.10 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" apresenta os seguintes valores:

Descrição	2024
Impostos	391,46
Outros	1.114,64
<b>Total</b>	<b>1.506,10</b>

### 11.11 Resultados Financeiros

Em 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Custos e perdas	2025	2024	Proveitos e ganhos	2025	2024
691-Juros Suportados			791-Juros Obtidos	10 606,17	11 355,77
692-Dif.de Cambio Desfavoraveis			792-Dividendos Obtidos		
698-Outros Gastos e Perdas de Finac.			798-Outros Rendimentos Similares	13 446,02	11 401,65
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>24 052,19</b>	<b>22 757,42</b>

### 11.12 Resultados Extraordinários

Gastos e Perdas	2025	2024	Rendimentos e Ganhos	2025	2024
681- Impostos	153,91	391,46	781-Rendimentos suplementares	14 696,12	16 593,28
682-Descontos pr.pagam.conced.			782-Descontos pr.pagam.obtidos	955,09	
683-Dividias Incobreveis			783-Recup. Div. A. Receber		
684-Perdas em Inventarios			784-Ganhos em Inventarios		
685-Gastos e Perdas Subsid.			785-Rend.Ganhos Subsid.		
686-Gastos e Perd.Invest.Finac.			786-Rend.e Ganhos Invest.Finac.		
687-Gastos e Perd.Invest.N.Finac.			787-Rend.e Ganhos Invest. N.Finac.	25 383,73	115 000,00
688-Outros	469,95	1 114,64	788-Outros	29 072,09	29 062,09
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>69 483,17</b>	<b>159 149,27</b>			
	<b>70 107,03</b>	<b>160 655,37</b>		<b>70 107,03</b>	<b>160 655,37</b>

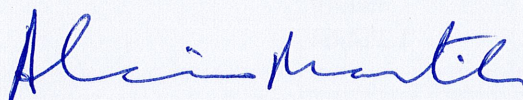
### 11.13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas em 26 de março de 2026.

O Contabilista Certificado, nº 5775



A Direção,

